

	através do Decreto 19.402, tendo como Ministros no governo Getúlio Vargas.	eleito Presidente da República Julio Prestes.
1932	<ul style="list-style-type: none"> <li>Um grupo de educadores lança à nação o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", redigido por Fernando de Azevedo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>É instituído o Cruzeiro como moeda nacional substituindo o Réis.</li> <li>Eclode em São Paulo a Revolução Constitucionalista, protestando contra o fato do Presidente Getúlio Vargas governar sem uma Constituição. O movimento foi logo debelado pelo governo.</li> <li>Após difícil luta, as mulheres ganham o direito ao voto no Brasil.</li> </ul>
1935	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Secretário de educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, cria a Universidade do Distrito Federal, com uma Faculdade de Educação na qual se situava o Instituto de Educação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Presidente Getúlio Vargas manda fechar a Aliança Nacional Libertadora e prende alguns de seus partidários.</li> </ul>
1939	<ul style="list-style-type: none"> <li>É criado o Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Presidente Getúlio Vargas declara a neutralidade do país com relação à II Guerra Mundial</li> </ul>
1942	<ul style="list-style-type: none"> <li>É decretada a reforma do ensino relativa ao ensino secundário, conhecida como Reforma Capanema.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Brasil declara Guerra à Alemanha e seus aliados, após o torpedeamento de navios brasileiros em nossas costas.</li> </ul>
1945	<ul style="list-style-type: none"> <li>É criado o Instituto Rio Branco com o objetivo de recrutar e educar pessoal para a carreira diplomática.</li> <li>O biólogo suíço Jean Piaget visita o Brasil como "pedagogo" (o que ele nunca foi) a convite da UNESCO.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tem início o funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional.</li> <li>O Partido Comunista Brasileiro – PCB é legalizado.</li> <li>O Presidente Getúlio Vargas é deposto por um movimento militar, vindo a assumir a Presidência da República em caráter interino, o ministro do Supremo Tribunal José Linhares.</li> </ul>

1920	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sampaio Dória realiza em São Paulo uma reforma tentando reconduzir a educação para novos métodos de ensino.</li> <li>• O percentual de analfabetos no país referente a todas as idades é de 75% e na população de 15 anos mais é de 65%</li> </ul>	
1921		<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Presidente do Brasil é o paraibano Epitácio Pessoa, eleito em 1919.</li> <li>• É fundada a primeira indústria siderúrgica brasileira, a Belgo- Mineira.</li> <li>• É instituída uma lei de repressão ao anarquismo.</li> </ul>
1922	<ul style="list-style-type: none"> <li>• São Ministros da Justiça e Negócios Interiores, no Governo Artur Bernardes: João Luiz Aives, José Félix Aives Pacheco (interino), Aníbal Freire da Fonseca (interino) e Afonso Augusto Moreira Pena Júnior.</li> <li>• O educador Carneiro Leão inicia uma reforma educacional no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É fundado o Partido Comunista Brasileiro, filiado à III Internacional.</li> <li>• Em São Paulo é realizado a Semana de Arte Moderna.</li> <li>• Tem início o movimento tenentista com a Revolta dos Dezoito do Forte, liderados pelo tenente Siqueira Campos e com a adesão do civil Otávio Correia.</li> </ul>
1925	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O educador Anísio Teixeira realiza uma reforma educacional no estado da Bahia, através da Lei 1.846.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Coluna Prestes, comandada pelo Capitão Luiz Carlos Prestes, começa sua marcha pelo Brasil.</li> </ul>
1928	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fernando de Azevedo realiza uma reforma educacional na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e Carneiro Leão em Pernambuco.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Surge o Partido Fascista Brasileiro.</li> </ul>
1930	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criado o Ministério da Educação e Saúde Pública,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiado pelos "coronéis" da oligarquia agrária é</li> </ul>

1910	<ul style="list-style-type: none"> <li>São Ministro da Justiça e Negócios Interiores, no Governo Hermes da Fonseca: Rivadávia da Cunha Correia e Vladislau Herculano de Freitas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupos de marinheiros, liderados pelo gaúcho João Cândido, assumem o comando de algumas embarcações ancoradas na Baía da Guanabara, iniciando a Revolta da Marinha ou a Revolta da Chibata.</li> </ul>
1911	<ul style="list-style-type: none"> <li>Surge a Lei Orgânica de Rivadávia Correia, estabelecendo o ensino livre e retirando do Estado o poder de interferência no setor educacional</li> </ul>	
1914	<ul style="list-style-type: none"> <li>É fundado o Centro de Estudos Sociais por José Otílica e Fábio Luz.</li> <li>São Ministros da Justiça e Negócios Interiores, no Governo Venceslau Brás: Carlos Maximiliano Pereira dos Santos e Augusto Tavares de Lira (interino).</li> </ul>	
1915	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conclui-se que a Lei Rivadávia Correia não poderia continuar. A Lei do Ministro Carlos Maximiliano reoficializa o ensino.</li> </ul>	
1917	<ul style="list-style-type: none"> <li>Carneiro Leão publica "O Brasil e a Educação Popular".</li> </ul>	
1918	<ul style="list-style-type: none"> <li>São Ministros da Justiça e Negócios Interiores, no Governo Delfim Moreira: Amaro Bezerra Cavalcanti de Albuquerque (interino) e Urbano Santos da Costa Araújo.</li> </ul>	
1919	<ul style="list-style-type: none"> <li>São Ministros da Justiça e Negócios Interiores, no Governo Epitácio Pessoa: Alfredo Pinto Vieira de Melo e Joaquim Ferreira Chaves (interino).</li> <li>Carneiro Leão publica "Problemas de Educação".</li> </ul>	

1898	<ul style="list-style-type: none"> <li>• São Ministros da Justiça e Negócios Interiores, no Governo Campos Sales: Epitácio da Silva Pessoa e Sabino Alves Barros Júnior.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O paulista Campos Sales é o presidente da República.</li> </ul>
1899	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criado, em São Paulo, o Instituto Biológico, o Butantã, cuja direção foi confiada a Vital Brasil.</li> </ul>	
1901	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criado, no Rio de Janeiro, o Instituto Soroterápico Federal, ou a escola de Manguinhos, dirigido por Oswaldo Cruz.</li> <li>• É criada a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba.</li> </ul>	
1902	<ul style="list-style-type: none"> <li>• São criadas, em São Paulo, as Escolas de Comércio Álvares Penteado e do Mackenzie College</li> <li>• São ministros da Justiça e Negócios Interiores, no Governo Rodrigues Alves: José Joaquim Seabra e Félix Gaspar de Barros e Almeida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realiza-se em São Paulo o primeiro Campeonato de Futebol do país.</li> </ul>
1906	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É Ministro da Justiça e negócios Interiores, no Governo Afonso Pena: Augusto Tavares de Lyra.</li> </ul>	
1907	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Instituto Soroterápico Federal passa a ser denominado de Instituto de Patologia Experimental.</li> </ul>	
1909	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É Ministro da Justiça e Negócios Interiores, no Governo Nilo Peçanha: Esmeraldino Olímpio Torres Bandeira.</li> <li>• A Confederação Operária Brasileira organiza comícios em protesto contra a execução de Francisco Ferrer, educador anarquista espanhol.</li> </ul>	

	Instrução Pública, Correios e Telégrafos: José Higino Duarte Pereira (interino) e Fernando Lobo Leite Pereira.	Presidência e assume seu Vice Marechal Floriano Peixoto.
1892	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É extinto o Ministério da Instrução e a educação passou a constituir uma diretoria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sendo Ministros Inocêncio Serzedelo Correia (interino) e Alexandre Cassiano do Nascimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O militar Cândido Rondon inicia a instalação de linhas telegráficas no interior do Brasil.</li> </ul>
1893	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criado, em São Paulo, o Instituto Adolfo Lutz e a Escola Politécnica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No Rio de Janeiro eclode a Revoltada Armada contra a posse de Floriano Peixoto.</li> <li>• No Rio Grande do Sul eclode a Revolta Federalista.</li> <li>• O beato Antonio Conselheiro funda, no sertão da Bahia, o Arraial de Canudos.</li> </ul>
1894	<ul style="list-style-type: none"> <li>• São Ministros da Justiça e Negócios Interiores, no Governo Prudente de Moraes: Antonio Gonçalves Ferreira, Alberto de Seixas Martins Torres, Bernadino José de Campos (interino) e Amaro Bezerra Cavalcanti.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O paulista Prudente de Moraes assume a Presidência da República.</li> <li>• Charles Miller realiza em São Paulo a primeira partida de futebol entre funcionários de duas empresas.</li> </ul>
1895	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criado o Museu Paulista.</li> <li>• É criado a Escola de Engenharia do Mackenzie College, em São Paulo.</li> <li>• É fundada a Academia Brasileira de Letras por Machado de Assis.</li> </ul>	
1897	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os alunos da Escola militar do Rio de Janeiro iniciam uma rebelião.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Morre Antonio Conselheiro e Canudos, no sertão da Bahia, é totalmente destruída.</li> </ul>

<p>1889</p>	<p>fundamental formar "professores com a necessária instrução científica e profissional".</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em sua última fala do trono Sua Majestade pedia empenho para a criação de um ministério destinado aos negócios da Instrução Pública.</li> <li>• Com a Proclamação da República, no Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, torna-se Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos Benjamin Botelho de Magalhães.</li> <li>• Os alunos matriculados nas escolas corresponde a 12% da população em idade escolar</li> </ul>	<p>República.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• D. Pedro II e sua família embarca para a Europa.</li> </ul>
<p>1890</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com a Proclamação da República, no Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, torna-se Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos Benjamin Constant Botelho de Magalhães.</li> <li>• O Decreto 510, do Governo Provisório da República, diz, em seu artigo 62, item 5º, que "o ensino será leigo e livre em todos os graus e gratuito no primário".</li> <li>• O índice de analfabetismo no Brasil é de 67,2%.</li> </ul>	
<p>1891</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A constituição estimula o ensino leito nas escolas públicas, em oposição ao ensino religioso.</li> <li>• É Ministro da Instrução Pública, correios e Telégrafos João Barbalho Ucho Cavalcanti.</li> <li>• No Governo de Floriano Peixoto soa Ministros da</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É promulgada a primeira Constituição da República.</li> <li>• A Assembléia Constituinte elege o Marechal Deodoro da Fonseca Presidente e o Marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente.</li> <li>• Marechal Deodoro da Fonseca renuncia a</li> </ul>

1974	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criada a Escola Politécnica.</li> </ul>	
1878	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Conselheiro Leôncio de Carvalho realiza uma reforma do ensino que permitia "a cada um expor livremente suas idéias e ensinar as doutrinas que acredite verdadeiras, pelos métodos que julgue melhores". Além disso manteve as matrículas avulsas e introduziu a frequência livre e os exames vagos no Externato do Colégio Pedro II.</li> </ul>	
1879	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Senador Oliveira Junqueira dizia: "certas matérias, talvez, não sejam convenientes para o pobre; o menino pobre deve ter noções muito simples".</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Começa a funcionar a Companhia Telephonica Brasileira. Em 1876 D. Pedro II conheceu o telefone, na Exposição de Filadélfia, e no ano seguinte instalou a primeira linha, na cidade do Rio de Janeiro.</li> </ul>
1880	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Surgem a primeira escola normal da Capital do Império, mantida e administrada pelos Poderes Públicos.</li> </ul>	
1882	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rodolfo Dantas cria um projeto propondo maior intervenção do Governo na instrução popular das províncias. Este projeto não chegou a ser discutido no Parlamento.</li> </ul>	
1885	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criado o instituto Pasteur, no Rio de Janeiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Lei Saraiva – Cotegipe ou a Lei dos Sexagenários torna livres os escravos com mais de 60 anos.</li> </ul>
1888	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ferreira Viana, Ministro do Império dizia ser</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Lei Áurea abole a escravidão no Brasil.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ferreira Viana, Ministro do Império dizia ser</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Marechal Deodoro da Fonseca proclama a</li> </ul>

	que libertos e livres”.	
1864	<ul style="list-style-type: none"> <li>No Rio Grande do Sul, no Colégio de Artes Mecânicas, a lei mandava recusar matrículas às crianças de cor preta e aos escravos e pretos, “ainda que libertos e livres”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Paraguai declara guerra ao Brasil.</li> </ul>
1870	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Reforma Paulino de Souza pretendia imprimir, aos estudos realizados no Colégio Pedro II, um caráter formativo, habilitando os alunos não só para os estudos superiores, mas para a vida, além da instituição ser capaz de competir com os estabelecimentos particulares no aliciamento de candidatos às Academias.</li> <li>É criada a Escola Americana, o Colégio Piracicabano, escola primária de cunho protestante.</li> <li>É criada uma escola normal no Rio Grande do Sul.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tem início a imigração italiana.</li> </ul>
1871		<ul style="list-style-type: none"> <li>A Lei do Ventre Livre liberta os filhos de escravos.</li> </ul>
1872	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Brasil contava com uma população de 10 milhões de habitantes e apenas 150.000 alunos matriculados em escolas primárias. O índice de analfabetismo era de 66,4%.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fanáticos religiosos do Rio Grande do Sul iniciam o que ficou chamado como a Revolta dos Mucker.</li> </ul>
1873	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos estudos secundários nas províncias e de facilitar aos candidatos das províncias o acesso aos cursos superiores, o Ministro João Alfredo Correia de Oliveira instalou nas capitais das províncias do Império bancas de exames gerais preparatórios.</li> </ul>	

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aos 14 anos de idade D. Pedro II tornou-se Imperador do Brasil.</li> </ul>
1845	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criada uma escola normal no Ceará.</li> </ul>	
1846	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criado uma escola normal em São Paulo.</li> </ul>	
1848	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criada uma escola normal em São Paulo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Setores radicais do Partido Liberal pernambucano inicia a Revolta Praieira.</li> </ul>
1849	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gonçalves Dias, encarregado de estudar as condições do ensino nas Províncias do Norte dizia que "os nossos liceus são escolas preparatórias da academia e escolas más".</li> </ul>	
1850		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Eusébio de Queiroz acaba com o tráfico de escravos.</li> <li>• Chegam no Rio de Janeiro os bondes puxados por cavalos.</li> </ul>
1852	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gonçalves Dias, em seu relatório de inspeção, dizia: "Quero crer perigoso dar-se-lhes (aos aldeados ) instrução".</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inauguração das primeiras linhas telegráficas no Brasil.</li> </ul>
1854	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Decreto 1314 A, de 17 de fevereiro, reforma os ensinos primário e secundário, exigindo professores credenciados e a volta da fiscalização oficial; cria a Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária.</li> <li>• É criada uma escola normal no Paraíba.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Barão de Mauá constrói a primeira ferrovia brasileira, no Rio de Janeiro.</li> </ul>
1857	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No Rio Grande do Sul, no Colégio de Artes Mecânicas, a lei mandava recusar matrículas As crianças de cor preta e aos escravos e pretos "ainda</li> </ul>	

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma Lei declara livres todos os escravos que entrassem no Brasil após esta data.</li> </ul>
1832	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Convertem-se em Faculdade de Medicina, as Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ainda em função da abdicação de D. Pedro I, eclode em Recife a revolta conhecida como Abriada e a Guerra dos Cabanos.</li> </ul>
1834	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Ato Adicional da reforma constitucional dizia que a educação primária e secundária ficaria a cargo das províncias, restando a administração nacional o ensino superior.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Ato Adicional estabelece a eleição um só Regente.</li> <li>• Revolta da Cabanagem, no Pará.</li> <li>• Revolta das Caneiras, em Recife.</li> </ul>
1835	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criada uma escola normal em Niterói. A primeira do Brasil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regência Una com a eleição de Diogo Antônio Feijó.</li> <li>• Tem início a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul.</li> <li>• Eclode a Revolta do Malês, na Bahia.</li> </ul>
1836	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criada uma escola normal na Bahia.</li> <li>• São criados os Liceus da Bahia e da Paraíba.</li> </ul>	
1837		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem início a revolta conhecida como Sabinada, na Bahia.</li> <li>• Em substituição a Feijó, assume a Regência Pedro de Araújo Lima.</li> </ul>
1838	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Colégio Pedro II é fundado no Rio de Janeiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem início a revolta conhecida como Balaiada, no Maranhão</li> </ul>
1839	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criada uma escola normal no Pará.</li> </ul>	

1825	<ul style="list-style-type: none"> <li>• São criados os cursos de Direito de São Paulo e Olinda.</li> <li>• É criado o Observatório Astronômico.</li> <li>• Uma Lei Geral, de 15 de outubro, dispõe sobre as escolas de primeiras letras, fixando-lhes o currículo e institui o ensino primário para o sexo feminino</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portugal e Inglaterra reconhecem a Independência do Brasil.</li> </ul>
1827	<ul style="list-style-type: none"> <li>• São criados os cursos de Direito de São Paulo e Olinda.</li> <li>• É criado o Observatório Astronômico.</li> <li>• Uma Lei Geral, se 15 de outubro, dispõe sobre as escolas de primeiras letras, fixando-lhes o currículo e institui o ensino primário para o sexo feminino.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Começa a circular o jornal A Aurora Fluminense.</li> <li>• Os brasileiros lutam contra tropas argentinas e uruguaias pela posse da Província Cisplatina.</li> <li>• Um ano depois é assinado um tratado de paz entre as partes, reconhecendo a Independência do Uruguai.</li> </ul>
1830		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma Resolução do Senado declara livres os índios selvagens prisioneiros de guerra escravizados.</li> </ul>
1831		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Noite das Garrafadas.</li> <li>• D. Pedro I abdica em favor de seu filho D. Pedro II, então com oito anos.</li> <li>• Em Recife eclode as rebeliões conhecidas como Setembrizada e Novembroada, em função da abdicação de D. Pedro I.</li> <li>• Constituição da Primeira Regência Trina Provisória, composta pelos Senadores Carneiro de Campos, Campos Vergueiro e pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva.</li> </ul>

1996	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Presidente sanciona a Lei nº 9394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que ficou oito anos em discussão no Congresso.</li> </ul>	
1998	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É instituído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, para ser aplicado aos alunos concluintes e aos egressos deste nível de ensino.</li> <li>• É instituído o Programa Nacional Biblioteca da Escola PNBE.</li> </ul>	
2001	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação “Bolsa Escola” é criado pela Medida Provisória 2.140, de 13 de fevereiro de 2001, aprovado pelo Congresso Nacional em 27 de março e sancionado pelo presidente da República, através da Lei 10.219, de 11 de abril de 2001.</li> </ul>	
2002	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criado o Programa Diversidade na Universidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Luiz Inácio Lula da Silva é eleito Presidente da República.</li> </ul>
2003	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É Ministro da Educação do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, Cristovam Buarque.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lança a Campanha Fome Zero.</li> </ul>

		crise internacional do petróleo.
1978	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Portaria nº 505 do Ministério da Educação aprova diretrizes básicas para o ensino de Moral e Cívica nos cursos de 1º e 2º graus e de Estudos de Problemas Brasileiros nos cursos superiores.</li> <li>• Realiza-se o I Congresso Internacional de Educação Piagetiana e o II Congresso Brasileiro Piagetiano, pelo Centro Experimental e Educacional Jean Piaget – CEEJP.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É revogado o Ato Institucional número 5, AI-5.</li> </ul>
1984	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF é extinto e criado o Projeto Educar.</li> <li>• É criado o Conselho Nacional dos direitos das Mulheres – CNDM.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vários comícios são realizados em todo país em favor das eleições diretas. O movimento ficou conhecido com Diretas Já.</li> </ul>
1985	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criado o Programa Nacional de Alfabetização e o objetivo de reduzir até 70% o número de analfabetos até 1995.</li> <li>• Sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP é implantado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica SAEB.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O presidente Tancredo Neves, morre no Instituto do Coração, após ter sido acometido de um enfermidade antes de assumir de fato a Presidência da República. Assume a Presidência da República o vice-presidente José Sarney.</li> </ul>
1990	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Medida Provisória de 18 de outubro de 1994 extingue o Conselho Federal de Educação e cria o Conselho Nacional de Educação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Toma posse na presidência da República Fernando Collor de Mello.</li> <li>• A Internet é introduzida no país, tendo a Embratel o monopólio como provedora de acesso.</li> <li>• É implantado os sistema de telefonia móvel celular.</li> <li>• O piloto brasileiro Ayrton Sena é Campeão Mundial de Fórmula 1 pela segunda vez.</li> </ul>
1994		<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Plano Real faz com que o padrão monetário brasileiro mude do Cruzeiro para o Real.</li> <li>• O piloto brasileiro Ayrton Senna morre num acidente do Grande Prêmio de San Marino.</li> </ul>

1953	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com a criação do Ministério da Saúde, o Ministro da Educação e Saúde Pública passa a se chamar Ministério da Educação e Cultura.</li> <li>• É criado o Comitê Brasileiro da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar-OMEPE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O professor Jânio da Silva Quadros é eleito Prefeito de São Paulo.</li> <li>• Entra no ar, em São Paulo, o "Repórter Esso" na TV Tupi Difusora.</li> </ul>
1956		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Toma posse na Presidência da República Juscelino Kubitschek.</li> </ul>
1958	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo - CNEA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Brasil ganha pela primeira vez o Campeonato Mundial de Futebol.</li> </ul>
1961	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Depois de treze anos de discussões é promulgada a Lei 4.024, que regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Presidente eleito Jânio Quadros assume a Presidência da Republica.</li> </ul>
1963	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Universidade de Brasília - UNB é invadida por tropas militares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Presidente João Goulart realiza o Comício da central do Brasil, onde assina publicamente o decreto de nacionalização de todas as refinarias de petróleo particulares e o de criação da Superintendência da Reforma Agrária SUPRA</li> </ul>
1968	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segundo a Secretaria de Educação e Cultura, do Ministério de Educação e Cultura, de cada mil alunos que entram na 1ª série no ano de 1963, cento e trinta e três passam para 6ª série do 1º grau.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Rainha Elizabeth faz sua primeira e única visita ao Brasil.</li> </ul>
1975	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criada a Coordenação de Educação Pré-Escolar, primeiramente chamada de CODEPRE e depois COEPRE vinculada ao Ministério de Educação e cultura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Brasil concede asilo político ao general Antônio de Spindola, após sua tentativa frustrada de golpe em Portugal.</li> <li>• É instituído o Programa Pró-Álcool para combater a</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criado o laboratório de química no Rio de Janeiro.</li> </ul>	
1814	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Franqueada a população a biblioteca real toma-se nossa primeira biblioteca pública.</li> <li>• São criados cursos de agricultura no Rio de Janeiro.</li> </ul>	
1815		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevação do Brasil a Reino Unido ao de Portugal e Algarves.</li> </ul>
1816	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.</li> </ul>	
1817	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criado um curso de química na Bahia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem início a Revolução Pernambucana.</li> </ul>
1818	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Surge um curso de desenho com o objetivo de “beneficiar muitos ramos da indústria”</li> <li>• É criado o Museu Nacional no Rio de Janeiro.</li> </ul>	
1820	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios muda para Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil e depois para Academia de Artes.</li> </ul>	
1821		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Anexação da Província Cisplatina. D. João VI retoma a Portugal, deixando D. Pedro como Príncipe Regente.</li> </ul>
1822	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Decreto de 1º março criava no Rio de Janeiro uma escola baseada no método lancasteriano ou de ensino mútuo. Ou seja, somente um professor para cada escola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• D. Pedro declara a Independência do Brasil, tomado-se o primeiro Imperador do Brasil com o título de D. Pedro I.</li> </ul>
1824	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Constituição, outorgada pela Assembléia Constituinte, dizia, no seu artigo 179, que a instrução primária era gratuita a todos os cidadãos.</li> </ul>	

1784	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criado no Rio de Janeiro o Gabinete de História Natural.</li> </ul>	
1789		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tiradentes e a Inconfidência Mineira.</li> </ul>
1800	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O bispo Azeredo Coutinho funda o Seminário de Olinda.</li> </ul>	
1802	<ul style="list-style-type: none"> <li>• D. Azeredo Coutinho funda em Pernambuco o Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, só para meninas da nascente nobreza e fidalguia brasileira.</li> </ul>	
1808	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É fundado uma escola de educação, onde se ensinavam as línguas portuguesa e francesa, Retórica, Aritmética, Desenho e Pintura.</li> <li>• É criada a Academia de Marinha, no Rio de Janeiro.</li> <li>• São criados cursos de cirurgia no Rio de Janeiro e na Bahia.</li> <li>• É criada uma cadeira de Ciência Económica, na Bahia, da qual seria regente José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Chegada da Família Real ao Brasil.</li> <li>• Abertura dos portos às nações amigas.</li> <li>• Impresso em Londres, por Hipólito da Costa, o Correio Brasiliense é o primeiro jornal em língua portuguesa a circular no Brasil.</li> <li>• Impresso o primeiro periódico do Brasil: Gazeta do Rio de Janeiro.</li> </ul>
1810	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desfazendo-se de seus próprios livros (60.000 volumes), trazidos de Portugal, D. João funda a nossa primeira biblioteca.</li> <li>• É criada a Academia Militar.</li> </ul>	
1812	<ul style="list-style-type: none"> <li>• São criados cursos de Agricultura na Bahia.</li> <li>• É criada a escola de serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros, em Minas Gerais.</li> </ul>	

1759	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Duzentos e dez anos após a chegada e de serem os únicos responsáveis pela educação no Brasil, deixam a colônia cerca de Quinhentos padres jesuítas, expulsos pelo Marquês de Pombal, Ministro de D. José I, paralisando 17 colégios, 36 missões, seminários menores e escolas elementares.</li> <li>• O Alvará de 28 de julho determina a instituição de aulas de gramática latina, aulas de grego e de retórica, além de criar o cargo de "Diretor de Estudos". Medidas inócuas para um sistema de ensino fragmentado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Marquês de Pombal extingue as últimas Capitánias Hereditárias.</li> </ul>
1760	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entre março e abril, 119 jesuítas saem do Rio de Janeiro, 117 da Bahia, e 119 de Recife.</li> </ul>	
1763		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudança da capital do Vice-Reino de Salvador para o Rio de Janeiro.</li> </ul>
1770	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Reforma Pombalina de Educação substitui o sistema jesuítico e ensino é dirigido pelos vice-reis nomeados por Portugal.</li> </ul>	
1772	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É instituído o "subsídio literário", imposto destinado a manutenção dos ensinos primário e médio.</li> <li>• É fundada, no Rio de Janeiro, a Academia Científica.</li> </ul>	
1776	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criado no Rio de Janeiro, pelos padres Franciscanos, um curso de estudos literários e teológicos, destinado à formação de sacerdotes.</li> </ul>	

1652	Santos, o de Santo Alexandre, no Pará, e o de Nossa Senhora da Luz, em São Luiz do Maranhão.	
1654	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É fundado o colégio jesuíta de São Tiago, no Espírito Santo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os holandeses são definitivamente expulsos do Brasil.</li> </ul>
1678	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É fundado o colégio jesuíta de Nossa Senhora do Ó, em Recife.</li> </ul>	
1683	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É fundando o colégio jesuíta da Paraíba</li> </ul>	
1689	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É resolvida a "Questão dos Moços Pardos", surgida com a proibição, por parte dos jesuítas, da matrícula e da frequência dos mestiços. Como as escolas eram públicas, para não perderem os subsídios que recebiam, são obrigados a readmiti-los.</li> </ul>	
1695		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em 20 de novembro morre Zumbi dos Palmares.</li> </ul>
1699	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É fundada na Bahia a Escola de Artes e Edificações Militares.</li> </ul>	
1708		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Guerra dos Emboabas. Emboabas eram os estrangeiros ou pessoas vindas de outras partes da colônia para procurar ouro em São Vicente, São Paulo.</li> </ul>
1710	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Guerra dos Mascates, em Pernambuco.</li> </ul>
1722	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os oficiais da Câmara queixam-se ao Rei, contra alguns religiosos, sobre a questão do ensino.</li> </ul>	
1738	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É fundada no Rio de Janeiro a Escola de Artilharia.</li> </ul>	
1739	<ul style="list-style-type: none"> <li>• São fundados os seminários de São José e São Pedro, no Rio de Janeiro.</li> </ul>	

		seus povoados, ficavam vinculados ao sustento e à manutenção dos jesuítas.
1567	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É fundado o colégio jesuíta do Rio de Janeiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os franceses são expulsos do Rio de Janeiro.</li> </ul>
1568	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É fundado o colégio jesuíta de Olinda.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem início a escravidão africana, onde cada senhor de engenho teve o direito de adquirir até 120 escravos por ano.</li> </ul>
1570	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Brasil conta com cinco escolas elementares (Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga) e três colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia).</li> </ul>	
1575	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No colégio da Bahia já se colava grau de Bacharel em Artes.</li> </ul>	
1576	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No colégio da Bahia formam-se licenciados.</li> </ul>	
1599	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ganha uma elaboração definitiva a “<i>Ratio atque Institutio Studiorum</i>”, ou Plano de Estudos da Companhia de Jesus, que codificava a pedagogia dos jesuítas.</li> </ul>	
1622	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É fundado o colégio jesuíta do Maranhão.</li> </ul>	
1624		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Primeira invasão holandesa no Brasil, em Salvador. São expulsos um ano depois.</li> </ul>
1630		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segunda invasão holandesa no Brasil, em Recife.</li> <li>• Escravos fundam o Quilombo de Palmares.</li> </ul>
1631	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É fundado o colégio jesuíta de Santo Inácio, em São Paulo.</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É fundado o colégio jesuíta de São Miguel, em</li> </ul>	

1549	(nos moldes europeus). <ul style="list-style-type: none"> <li>Quinze dias após a chegada fundam, na cidade de Salvador, a primeira escola elementar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Duarte da Costa é o segundo Governador Geral do Brasil</li> </ul>
1553	<ul style="list-style-type: none"> <li>São fundadas as escolas jesuítas de São Paulo de Piratininga, tendo como seu primeiro professor o padre José de Anchieta, e a da Bahia.</li> </ul>	
1554	Descer	
1555		<ul style="list-style-type: none"> <li>Primeira invasão francesa ao território brasileiro na Baía de Guanabara.</li> <li>Os franceses fundam a França Antártica, na Baía de Guanabara, para abrigar calvinistas fugidos da guerra religiosa na Europa.</li> </ul>
1556	<ul style="list-style-type: none"> <li>É fundado o colégio jesuíta de Todos os Santos.</li> <li>Começa a vigorar as "Constituições da Companhia de Jesus", incluindo a aprendizagem do canto, da música instrumental e o estudo profissional agrícola.</li> </ul>	
1557		<ul style="list-style-type: none"> <li>Mem de Sá é o terceiro Governador Geral do Brasil.</li> <li>Mem de Sá, junto com seu sobrinho Estácio de Sá, expulsam o franceses da Baía de Guanabara.</li> <li>Estácio de Sá funda a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro,</li> </ul>
1564		<ul style="list-style-type: none"> <li>É colocado em execução o "Padrão de Redízimo" que consistia em que 10% de toda a arrecadação dos dízimos reais, em todas as capitanias da colônia e</li> </ul>

## CRONOLOGIA

	<b>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA</b>	<b>HISTÓRIA DO BRASIL</b>
1500		<p>Sai de Portugal a esquadra de Pedro Alves Cabral com destino á Índia.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Chega às costas brasileiras a esquadra de Pedro Álvares Cabral.</li></ul>
1501		<ul style="list-style-type: none"><li>• Américo Vespúcio percorre a costa do Brasil, do Rio Grande do Norte até Cananéia, em São Paulo, nomeando os acidentes geográficos litorâneos.</li></ul>
1502		<ul style="list-style-type: none"><li>• É concedido a Fernando de Noronha o direito de exploração do pau-brasil.</li></ul>
1526		<ul style="list-style-type: none"><li>• Martim Afonso de Souza funda a vila de São Vicente, depois de comandar a primeira expedição para defender o litoral brasileiro contra o contrabando de pau-brasil pelos franceses.</li></ul>
1534		<ul style="list-style-type: none"><li>• São criadas as Capitânicas Hereditárias.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Chega ao Brasil o primeiro grupo de seis padres jesuítas, chefiados por Manuel de Nóbrega, marcando o início da História da Educação no Brasil</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Tome de Souza, primeiro Governador Geral do Brasil, funda a cidade de Salvador para servir de sede do governo.</li></ul>

# ANEXOS

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

GUSSO, Divonzir A. **Sugestões a cronologia de Pedagogia em Foco** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <jbello~iis.com.br> em 1 jan. 2003.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1969. 363 p.

MENDES, Durmerval Trigueiro. (coord.) **Filosofia da educação brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MENEZES, Paulo Braga de. **As Constituições outorgadas ao Império do Brasil e ao Reino de Portugal**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974. 87 p.

PEETERS, Madre Francisca, COOMAN, Madre Maria Augusta de. **Esbôço da história da educação no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1968. cap. XIX, p. 142 - 151. In: **Pequena história da educação**

PILLETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau**. 22. ed. São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_ **Estrutura e funcionamento do ensino de 2º grau**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_ **História da educação no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Atica, 1996.

RANGEL, Mary. **Currículo de e 2º graus no Brasil: considerações sobre filosofia, crítica e prática das propostas legais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 13. ed. São Paulo: Autores Associados, 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992

SOUZA, Solange Jobim, KRAMER, Sônia. **Educação ou tutela? a criança de 0 a 6 anos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1991.

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

## BIBLIOGRAFIAS

A PIONEIRA do método Montessori no Brasil. **Revista Presença**. Rio de Janeiro: ABEM, ano 1, n. 1, jul./ago./set., 1976.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Pequena história da formação social brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. São Paulo: Alfa-Omega, 4 v., 1975-1976.

BREJON, Moysés. (org.) **Estrutura e funcionamento do ensino de e 20 graus: leituras**. 7. ed. São Paulo: Pioneiras, 1976.

CUNHA, Célio da. A pedagogia no Brasil. In: LARROYO, Francisco. **História geral da pedagogia**. São Paulo: Mestre Jou, 1974. Apêndice, p. 880-915.

DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil: 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977

GERIBELLO, Wanda Pompeu. Anísio **Teixeira**: análise e sistematização de sua obra. São Paulo: Atlas, 1977.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil: (1964-1 985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOMES, Felipe Tiago. **Escolas da comunidade**. 6 ed. Brasília: CNEC, 1989.

O Ensino ficou composto por cinco anos de primário, quatro de ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássica ou científica.

No Período da Nova República com a Nova Constituição de 1946, a área da Educação, passou a determinar a obrigatoriedade de se cumprir o Ensino Primário e a competência da União para Legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação. Volta o preceito de que a educação é direito de todos.

Em 1964, um golpe militar aborta todas iniciativas de revolucionar a educação brasileira sob o pretexto de que as propostas eram comunizantes e subversivas. Pensava-se em erradicar o analfabetismo através de um programa nacional, o MOBREAL, que foi extinto por denúncias de corrupção.

No Período da Abertura Política as pessoas podiam manifestar-se, serem elas mesmas. Impedidos de atuarem em suas funções por questões políticas durante o Regime militar, profissionais nas áreas de sociologia, filosofia, antropologia, história, psicologia, entre outras.

Concretizam discursos em nome da Educação o Ministro Paulo Renato de Souza, a frente do Ministério da Educação. Nos últimos anos, teve papel fundamental nas novas implementações das mudanças no ensino.

## CONCLUSÃO

A História da Educação Brasileira envolve-se em rupturas marcantes e fáceis de serem observadas. A primeira grande ruptura travou-se com a chegada dos portugueses ao território do Novo. Eles trouxeram um padrão de educação que não existia com os índios estes eram livres dentro de seu padrão de vida.

Os jesuítas trouxeram a moral, os costumes e a religiosidade européia além dos métodos pedagógicos.

O Marquês de Pombal, pensava em reerguer Portugal de sua decadência por isso expulsou os Jesuítas sua educação não caminha aos interesses comerciais emanados pela metrópole e isso acabou reduzindo praticamente a nada. A Educação Brasileira até a Proclamação da República nada se fez de concreto para que se criasse no Brasil um Sistema de Educacional – Educação Régia.

Apartir do Período da Primeira República percebeu-se a influência da filosofia positiva. Havia uma intenção de substituir a predominância literária pela científica. Nessa época o índice de Analfabetos era de 75%.

A nova realidade o Período da Segunda República passou a exigir mão-de-obra especializada para tal era preciso investir na educação. Sanciona-se decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras que ainda eram inexistentes.

Foi a marca do Período do Estado Novo a orientação-política educacional para o mundo capitalista. E preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas no mercado.

marcante na educação, foi o trabalho do Ministro Paulo Renato de Souza à frente do Ministério da Educação. Logo no início de sua gestão, através de uma Medida Provisória extinguiu o Conselho Federal de Educação e criou o Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Esta mudança tornou o Conselho menos burocrático e mais político.

Mesmo que possamos não concordar com a forma como vem sendo executados alguns programas, temos que reconhecer que, em toda a História da Educação no Brasil, contada a partir do descobrimento, jamais houve execução de tantos projetos na área da educação numa só administração.

Entre esses programas destacamos:

- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FVNDDEF
- Programa de Avaliação Institucional – PAIUB
- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB
- Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM
- Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs
- Exame Nacional de Cursos – ENC
- Entre outros Programas que vem sendo executados.

Desses Programas, o mais contestado, inclusive por mim, foi o Exame Nacional de Cursos e o seu “Provão”, onde os alunos das universidades têm que realizar uma prova ao fim do curso para receber seus diplomas. Esta prova, em que os alunos podem simplesmente assinar a ata de presença e se retirar sem responder nenhuma questão, é levada em consideração como avaliação das instituições. Além do mais, entre outras questões, o exame não diferencia as regiões do país.

A ditadura militar se desfez por si só. Tamanha era a pressão popular, de vários setores da sociedade, que o processo de abertura política tornou-se inevitável. Mesmo assim, os militares deixaram o governo através de uma eleição indireta, mesmo que concorressem somente dois civis (Paulo Maluf e Tancredo Neves).

## **1.9. PERÍODO DA ABERTURA POLÍTICA: 1986 – 2003**

Com o fim do Regime Militar, a eleição indireta de Tancredo Neves, seu falecimento e a posse de José Sarney, pensou-se que poderíamos novamente discutir questões sobre educação de uma forma democrática e aberta. A discussão sobre as questões educacionais já haviam perdido o seu sentido pedagógico e assumido um caráter político. Para isso contribuiu a participação mais ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento que passaram a falar de educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes a escola, a sala de aula, a didática e a dinâmica escolar em si mesma. Impedidos de atuarem em suas funções, por questões políticas durante o Regime Militar, profissionais da área de sociologia, filosofia, antropologia, história, psicologia, entre outras, passaram a assumir postos na área da educação e a concretizar discursos em nome da educação.

O Projeto de Lei da nova LDB foi encaminhado à Câmara Federal, pelo Deputado Octávio Elisio em 1988. No ano seguinte o Deputado Jorge Hage envia a Câmara um substitutivo ao Projeto e, em 1992, o Senador Darcy Ribeiro apresenta um novo Projeto que acaba por ser aprovado em dezembro de 1996, oito anos após ao encaminhamento do Deputado Octávio Elisio.

O Governo Collor de Mello, em 1990, lança o projeto de construção de Centros Integrados de Apoio à Criança - CIACs, em todo o Brasil, inspirados no modelo dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs, do Rio de Janeiro, existentes desde 1982.

Neste período, do fim do Regime Militar aos dias de hoje, a fase politicamente

realizações. Neste período atuaram educadores do porte de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Armando Hildebrand, Pachoal Leme, Paulo Freire, Lauro de Oliveira Lima, Durmeval Trigueiro, entre outros.

Depois do golpe militar de 1964 muito educadores passaram a ser perseguidos em função de posicionamentos ideológicos. Muitos foram calados para sempre, alguns outros se exilaram, outros se recolheram a vida privada e outros, demitidos, trocaram de função.

O Regime Militar espelhou na educação o caráter anti-democrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos, feridos, nos confrontos com a polícia, e alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar; o Decreto-Lei 477 calou a boca de alunos e professores; o Ministro da Justiça declarou que “estudantes tem que estudar” e “não podem fazer baderna”. Esta era a prática do Regime.

Neste período deu-se a grande expansão das universidades no Brasil. E, para acabar com os “excedentes” (aqueles que tiravam notas suficientes para mas não conseguiam vaga para estudar), foi criado o vestibular classificatório.

Para erradicar o analfabetismo foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização -MOBRAL. Aproveitando-se, em sua didática, do expurgado Método Paulo Freire, o MOBRAL propunha erradicar o analfabetismo no Brasil... não conseguiu. E entre denúncias de corrupção... foi extinto.

É no período mais cruel da ditadura militar, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física, que é instituída a Lei 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. A característica mais marcante desta Lei era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante. Dentro do espírito dos “slogans” propostos pelo governo, como “Brasil grande”, “ame-o ou deixe-o”, “milagre econômico”, etc., planejava-se fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira.

- Em 1953 a educação passa a ser administrada por um Ministério próprio: o Ministério da Educação e Cultura.

- Em 1961 a Prefeitura Municipal de Natal, no Rio Grande do Norte, inicia uma campanha de alfabetização (*“De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”*). A técnica didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha-se a alfabetizar em 40 horas adultos analfabetos. A experiência teve início na cidade de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte, e, logo depois, na cidade de Tiriri, no Estado de Pernambuco.

- Em 1962 é criado o Conselho Federal de Educação, cumprindo o artigo 90 da Lei de Diretrizes e Bases. Este substitui o Conselho Nacional de Educação. São criados também os Conselhos Estaduais de Educação.

- Ainda em 1962 é criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire.

Em 1964, um golpe militar aborta todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram *comunizantes e subversivas*.

## **1.8. PERÍODO DO REGIME MILITAR: 1964 – 1985**

Alguma coisa acontecia na educação brasileira. Pensava-se em erradicar definitivamente o analfabetismo através de um programa nacional, levando-se em conta as diferenças sociais, econômicas e culturais de cada região.

A criação da Universidade de Brasília, em 1961, permitiu vislumbrar uma nova proposta universitária, com o planejamento, inclusive, do fim do exame vestibular, valendo, para o ingresso na Universidade, o rendimento do aluno durante o curso de 2º grau (ex-Colegial e atual Ensino Médio).

O período anterior, de 1946 ao princípio do ano de 1964, talvez tenha sido o mais fértil da história da educação brasileira. Neste período atuaram educadores que deixaram seus nomes na história da educação por suas

Ainda em 1946 o então Ministro Raul Leitão da Cunha regulamenta o Ensino Primário e o Ensino Normal, além de criar o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial -SENAC, atendendo as mudanças exigidas pela sociedade após a Revolução de 1930.

Baseado nas doutrinas emanadas pela Carta Magna de 1946, o Ministro Clemente Mariani, cria uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral da educação nacional. Esta comissão, presidida pelo eminente educador Lourenço Filho, era organizada em três subcomissões: uma para o Ensino Primário, uma para o Ensino Médio e outra para o Ensino Superior. Em novembro de 1948 este anteprojeto foi encaminhado a Câmara Federal, dando início a uma luta ideológica em torno das propostas apresentadas. Num primeiro momento as discussões estavam voltadas às interpretações contraditórias das propostas constitucionais. Num momento posterior, após a apresentação de um substitutivo do Deputado Carlos Lacerda, as discussões mais marcantes relacionaram-se à questão da responsabilidade do Estado quanto à educação, inspirados nos educadores da velha geração de 30, e a participação das instituições privadas de ensino.

Depois de 13 anos de acirradas discussões foi promulgada a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961, sem a pujança do anteprojeto original, prevalecendo as reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino no confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos brasileiros.

Se as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional foi o fato marcante, por outro lado muitas iniciativas marcaram este período como, talvez, o mais fértil da História da Educação no Brasil:

- Em 1950, em Salvador, no Estado da Bahia, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro), dando início a sua idéia de *escola-classe* e *escola-parque*.

- Em 1952, em Fortaleza, Estado do Ceará, o educador Lauro de Oliveira Lima inicia uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget: o Método Psicogenético.

- O Decreto-lei 4.436, de 7 de novembro, amplia o âmbito do SENAI, atingindo também o setor de transportes, das comunicações e da pesca.

- O Decreto-lei 4.984, de 21 de novembro, compele que as empresas oficiais com mais de cem empregados a manter, por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes.

*O ensino ficou composto, neste período, por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a preocupar-se mais com a formação geral. Apesar desta divisão do ensino secundário, entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de 90% dos alunos do colegial (Nelson Pileifi, 1996:90).*

Ainda no espírito da Reforma Capanema é baixado o Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943, regulamentando o ensino comercial (observação: o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC só é criado em 1946, após, portanto o Período do Estado Novo).

Em 1944 começa a ser publicada a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, órgão de divulgação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP.

## **1.7. PERÍODO DA NOVA REPÚBLICA: 1946 – 1963**

O fim do Estado Novo consubstanciou-se na adoção de uma nova Constituição de cunho liberal e democrático. Esta nova Constituição, na área da Educação, determina a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Além disso a nova Constituição fez voltar o preceito de que *a educação é direito de todos*, inspirada nos princípios proclamados pelos Pioneiros, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, nos primeiros anos da década de 30.

## 1.6. PERÍODO DO ESTADO NOVO: 1937 – 1945

Refletindo tendências fascistas é outorgada uma nova Constituição em 10 de novembro de 1937. A orientação político-educacional para o mundo capitalista fica bem explícita em seu texto sugerindo a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Neste sentido a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional.

Por outro lado propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação. Mantém ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário Também dispõe como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias.

No contexto político o estabelecimento do Estado Novo, segundo Otaíza Romanelli, faz com que as discussões sobre as questões da educação, profundamente rica no período anterior, entre *“numa espécie de hibernação”*(1993: 153). As conquistas do movimento renovador, influenciando a Constituição de 1934, foram enfraquecidas nesta nova Constituição de 1937. Marca uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas. Ainda assim é criada a União Nacional dos Estudantes - UNE e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP.

Em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, são reformados alguns ramos do ensino. Estas Reformas receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino, e são compostas pelas seguintes Decretos-lei, durante o Estado Novo:

- O Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.

- O Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro, regulamenta o ensino industrial.

- O Decreto-lei 4.244, de 9 de abril, regulamenta o ensino secundário.

- O Decreto-lei 4.481, de 16 de julho, dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI.

- O Decreto 19.852, de 11 de abril, dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

- O Decreto 19.890, de 18 de abril, dispõe sobre a organização do ensino secundário.

- O Decreto 20.158, de 30 de julho, organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.

- O Decreto 21.241, de 14 de abril, consolida as disposições sobre o ensino secundário.

Em 1932 um grupo de educadores lança à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores da época.

O Governo Provisório foi marcado por uma série de instabilidades, principalmente para exigir uma nova Constituição para o país. Em 1932 eclode a Revolução Constitucionalista de São Paulo.

Em 1934 a nova Constituição (a segunda da República) dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos.

Ainda em 1934, por iniciativa do governador Armando Sáflés Oliveira, foi criada a Universidade de São Paulo. A primeira a ser criada e organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931.

Em 1935 o Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, cria a Universidade do Distrito Federal, com uma Faculdade de Educação na qual se situava o Instituto de Educação.

Em função da instabilidade política deste período, Getúlio Vargas, num golpe de estado, instala o Estado Novo e proclama uma nova Constituição, também conhecida como "Polaca".

O clima desta década propiciou a tomada do poder por Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições por Julio Prestes, em 1930.

A característica tipicamente agrária do país e as correlações de forças políticas vão sofrer mudanças nos anos seguintes o que trará repercussões na organização escolar brasileira. A ênfase literária e clássica de nossa educação tem seus dias contados.

### **1.5. PERÍODO DA SEGUNDA REPÚBLICA: 1930 – 1936**

A década de 1920, marcada pelo confronto de idéias entre correntes divergentes, influenciadas pelos movimentos europeus, culminou com a crise econômica mundial de 1929. Esta crise repercutiu diretamente sobre as forças produtoras rurais que perderam do governo os subsídios que garantiam a produção. A Revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu com que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial.

A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Sendo assim, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes Decretos ficaram conhecidos como “Reforma Francisco Campos”.

- O Decreto 19.850, de 11 de abril, cria o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (que só vão começar a funcionar em 1934).

- O Decreto 19.851, de 11 de abril, institui o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário.

É importante saber que o percentual de analfabetos no ano de 1900, segundo o Anuário Estatístico do Brasil, do Instituto Nacional de Estatística, era de 75%.

O Código Epiácio Pessoa, de 1901, inclui a lógica entre as matérias e retira a biologia, a sociologia e a moral, acentuando, assim, a parte literária em detrimento da científica.

A Reforma Rivadávia Correa, de 1911, pretendeu que o curso secundário se tomasse formador do cidadão e não como simples promotor a um nível seguinte. Retomando a orientação positivista, prega a liberdade de ensino, entendendo-se como a possibilidade de oferta de ensino que não seja por escolas oficiais, e de frequência. Além disso prega ainda a abolição do diploma em troca de um certificado de assistência e aproveitamento e transfere os exames de admissão ao ensino superior para as faculdades. Os resultados desta Reforma foram desastrosos para a educação brasileira.

A Reforma de Carlos Maximiliano, em 1915, surge em função de se concluir que a Reforma de Rivadávia Correa não poderia continuar. Esta reforma reoficializa o ensino no Brasil.

Num período complexo da História do Brasil surge a Reforma João Luiz Alves que introduz a cadeira de Moral; e Cívica com a intenção de tentar combater os protestos estudantis contra o governo do presidente Arthur Bernardes.

A década de vinte foi marcada por diversos fatos relevantes no processo de mudança das características políticas brasileiras. Foi nesta década que ocorreu o Movimento dos 18 do Forte 1922, a Semana de Arte Moderna 1922, a fundação do Partido Comunista 1922, a Revolta Tenentista 1924 e a Coluna Prestes 1924 a 1927.

Além disso, no que se refere à educação, foram realizadas diversas reformas de abrangência estadual, como a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923, a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925, a de Francisco Campos e Mario Casassanta, em Minas, em 1927, a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), em 1928 e a de Carneiro Leão, em Pernambuco, em 1928.

liberdade do ensino, o ensino laico e a obrigatoriedade de instrução, obedecendo as normas emanadas pela Maçonaria Internacional.

Em 1837, onde funcionava o Seminário de São Joaquim, na cidade do Rio de Janeiro, é criado o Colégio Pedro II, com o objetivo de se tornar um modelo pedagógico para o curso secundário. Efetivamente o Colégio Pedro II não conseguiu se organizar até o fim do Império para atingir tal objetivo.

Até a Proclamação da República, em 1889 praticamente nada se fez de concreto pela educação brasileira. O Imperador D. Pedro II quando perguntado que profissão escolheria não fosse Imperador, respondeu que gostaria de ser “*mestre-escola*”. Apesar de sua afeição pessoal pela tarefa educativa, pouco foi feito, em sua gestão, para que se criasse, no Brasil, um sistema educacional.

#### **1.4. PERÍODO DA PRIMEIRA REPÚBLICA: 1889 – 1929**

A República proclamada adota o modelo político americano baseado no sistema presidencialista. Na organização escolar percebe-se influência da filosofia positivista.

A Reforma de Benjamin Constant tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária. Estes princípios seguiam a orientação do que estava estipulado na Constituição brasileira.

Uma das intenções desta Reforma era transformar o ensino em formador de alunos para os cursos superiores e não apenas preparador. Outra intenção era substituir a predominância literária pela científica.

Esta Reforma foi bastante criticada: pelos positivistas, já que não respeitava os princípios pedagógicos de Comte; pelos que defendiam a predominância literária, já que o que ocorreu foi o acréscimo de matérias científicas às tradicionais, tornando o ensino enciclopédico.

### 1.3. PERÍODO IMPERIAL: 1822 – 1888

*Para o professor Lauro de Oliveira Lima a vinda da Família Real representou a verdadeira “descoberta do Brasil”. Ainda segundo o professor Lauro, “a ‘abertura dos portos’, além do significado comercial da expressão, significou a permissão dada aos ‘brasileiros’ (madeireiros de pau-brasil) de tomar conhecimento de que existia, no mundo, um fenômeno chamado civilização e cultura”. (Lima, 1977:103)*

Em 1820 o povo português mostra-se descontente com a demora do retorno da Família Real e inicia a Revolução Constitucionalista, na cidade do Porto. Isto apressa a volta de D. João VI a Portugal em 1821. Em 1822, a 7 de setembro, seu filho D. Pedro 1 declara a Independência do Brasil e, inspirada na Constituição francesa, de cunho liberal, em 1824 é outorgada a primeira Constituição brasileira. O Art. 179 desta Lei Magna dizia que deveria existir *“instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”*.

Em 1823, na tentativa de se suprir a falta de professores institui-se o Método Lancaster, ou do *“ensino mútuo”*, onde um aluno treinado (decurião) ensina um grupo de dez alunos (decúria) sob a rígida vigilância de um inspetor.

Em 1826 um Decreto institui quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus (Estabelecimento de ensino secundário e/ou profissional), Ginásios (Período de ensino de quatro anos que sucedia ao primário), e Academias (Estabelecimento de ensino superior de ciência ou artes). E, em 1827 um projeto de lei propõe a criação de pedagogias em todas as cidades e vilas, além de prever o exame na seleção de professores, para nomeação. Propunha ainda a abertura de escolas para meninas.

Em 1834 o Ato Adicional à Constituição dispõe que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário. Graças a isso, em 1835, surge a primeira escola normal do país em Niterói. Se houve intenção de bons resultados não foi o que aconteceu, já que, pelas dimensões do país, a educação brasileira se perdeu mais uma vez, obtendo resultados pífios. Em 1880 o Ministro Paulino de Souza lamenta o abandono da educação no Brasil, em seu relatório à Câmara. Em 1882 Ruy Barbosa sugere a

Portugal logo percebeu que a educação no Brasil estava estagnada e era preciso oferecer uma solução. Para isso instituiu o “subsídio literário” para manutenção dos ensinos primário e médio. Além de exíguo, nunca foi cobrado com regularidade e os professores ficavam longos períodos sem receber vencimentos a espera de uma solução vinda de Portugal.

Os professores eram geralmente mal preparados para a função, já que eram improvisados e mal pagos. Eram nomeados por indicação ou sob concordância de bispos e se tornavam “proprietários” vitalícios de suas aulas régias.

De todo esse período de “trevas” sobressaíram-se a criação, no Rio de Janeiro, de um curso de estudos literários e teológicos, em julho de 1776, e do Seminário de Olinda, em 1798, por Dom Azeredo Coutinho, governador interino e bispo de Pernambuco.

*O Seminário de Olinda “tinha uma estrutura escolar propriamente dita, em que as matérias apresentavam uma seqüência lógica, os cursos tinham uma duração determinada e os estudantes eram reunidos em classe e trabalhavam de acordo com um plano de ensino previamente estabelecido” (Nelson Piletti, 1996: 37).*

O resultado da decisão de Pombal foi que, no princípio do século XIX (anos 1800...), a educação brasileira estava reduzida a praticamente nada. O sistema jesuítico foi desmantelado e nada que pudesse chegar próximo deles foi organizado para dar continuidade a um trabalho de educação.

Esta situação somente sofreu uma mudança com a chegada da família real ao Brasil em 1808.

expulsão os jesuítas tinham 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus. A educação brasileira, com isso, vivenciou uma grande ruptura histórica num processo já implantado e consolidado como modelo educacional.

## **1.2. PERÍODO POMBALINO: 1760 –1808**

Com a expulsão saíram do Brasil 124 jesuítas da Bahia, 53 de Pernambuco, 199 do Rio de Janeiro e 133 do Pará. Com eles levaram também a organização monolítica baseada no *Ratio Studiorum*.

Pouca coisa restou de prática educativa no Brasil. Continuaram a funcionar o Seminário episcopal, no Pará, e os Seminários de São José e São Pedro, que não se encontravam sob a jurisdição jesuítica; a Escola de Artes e Edificações Militares, na Bahia; e a Escola de Artilharia, no Rio de Janeiro.

Enquanto os jesuítas preocupavam-se com o proselitismo e o noviciado, Pombal pensava em reerguer Portugal da decadência que se encontrava diante de outras potências europeias da época. A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais emanados por Pombal. Ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado.

### **1.2.1. Marquês de Pombal**

Através do alvará de 28 de junho de 1759, ao mesmo tempo em que suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias, Pombal criava as aulas régias de Latim, Grego e Retórica. Criou também a Diretoria de Estudos que só passou a funcionar após o afastamento de Pombal. Cada aula régia era autônoma e isolada, com professor único e uma não se articulava com as outras.

católica sem que soubessem ler e escrever. De Salvador a obra jesuítica estendeu-se para o sul e em 1570, vinte e um anos após a chegada, já era composta por cinco escolas de instrução elementar (Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga) e três colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia).

Todas as escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loiola, o *Ratio atque Instituto Studiorum*, chamado abreviadamente de *Ratio Studiorum*. Os jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar eles mantinham os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; e no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Os que pretendiam seguir as profissões liberais iam estudar na Europa, na Universidade de Coimbra, em Portugal, a mais famosa no campo das ciências jurídicas e teológicas, e na Universidade de Montpellier, na França, a mais procurada na área da medicina.

Com a descoberta os índios ficaram à mercê dos interesses alienígenas: as cidades desejavam integrados ao processo colonizador; os jesuítas desejavam convertê-los ao cristianismo e aos valores europeus; os colonos estavam interessados em usados como escravos. Os jesuítas então pensaram em afastar os índios dos interesses dos colonizadores e criaram as reduções ou missões, no interior do território. Nestas Missões, os índios, além de passarem pelo processo de catequização, também são orientados ao trabalho agrícola, que garantiam aos jesuítas uma de suas fontes de renda.

As Missões acabaram por transformar os índios nômades em sedentários, o que contribuiu decisivamente para facilitar a captura deles pelos colonos, que conseguem, às vezes, capturar tribos inteiras nestas Missões.

Os jesuítas permaneceram como mentores da educação brasileira durante duzentos e dez anos, até 1759, quando foram expulsos de todas as colônias portuguesas por decisão de Sebastião José de Carvalho, os marqueses de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777. No momento da

# 1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

## 1.1. PERÍODO JESUÍTICO: 1549 – 1759

A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola e um pequeno grupo de discípulos, na Capela de Montmartre, em Paris, em 1534, com objetivos catequéticos, em função da Reforma Protestante e a expansão do luteranismo na Europa.

Os primeiros jesuítas chegaram ao território brasileiro em março de 1549 juntamente com o primeiro governador geral, Tome de Souza. Comandados pelo Padre Manoel de Nóbrega, quinze dias após a chegada edificaram a primeira escola elementar brasileira, em Salvador, tendo como mestre o Irmão Vicente Rodrigues, contando apenas 21 anos. Irmão Vicente tornou-se o primeiro professor nos moldes europeus e durante mais de 50 anos dedicou-se ao ensino e a propagação da fé religiosa.

O mais conhecido e talvez o mais atuante foi o noviço José de Anchieta, nascido na Ilha de Tenerife e falecido na cidade de Reritiba, atual Anchieta, no litoral sul do Estado do Espírito Santo, em 1597. Anchieta tomou-se mestre-escola do Colégio de Piratininga; foi missionário em São Vicente, onde escreveu na areia os "Poemas à Virgem Maria" (*De beata virgine Dei matre Maria*), missionário em Piratininga, Rio de Janeiro e Espírito Santo; Provincial da Companhia de Jesus de 1579 a 1586 e reitor do Colégio do Espírito Santo. Além disso foi autor da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*.

No Brasil os jesuítas se dedicaram a pregação da fé católica e ao trabalho educativo. Perceberam que não seria possível converter os índios à fé

México e a de Lima, a nossa primeira Universidade só surgiu em 1934, em São Paulo.

Cada página representa um período da Educação Brasileira cuja divisão foi baseada nos períodos que podem ser considerados como os mais marcantes e os que sofreram as rupturas mais concretas na nossa educação. Estão divididos em textos e no anexo a cronologia, sendo que o texto refere-se ao mesmo período da Cronologia. A cronologia é baseada na Linha da Vida ou Faixa do Tempo montessoriana. Neste método é feita uma relação de fatos históricos em diferentes visões. No nosso caso realçamos fatos da História da Educação no Brasil, fatos da própria História do Brasil, que não dizem respeito direto à educação.

Até os dias de hoje muito tem se mexido no planejamento educacional, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países do mundo, que é a de manter o “*status quo*” para aqueles que freqüentam os bancos escolares.

## INTRODUÇÃO

A História da Educação Brasileira não é uma História difícil de ser estudada e compreendida. Ela evolui em rupturas marcantes e fáceis de serem observadas.

A primeira grande ruptura travou-se com a chegada mesmo dos portugueses ao território do Novo Mundo. Não podemos deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui viviam já não possuíam características próprias de se fazer educação. E convém ressaltar que a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu.

Quando os jesuítas chegaram por aqui eles não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade européia; trouxeram também os métodos pedagógicos. Este método funcionou absoluto durante 210 anos, de 1549 a 1759, quando uma nova ruptura marca a História da Educação no Brasil: a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal. Se existia alguma coisa muito bem estruturada em termos de educação o que se viu a seguir foi o mais absoluto caos. Tentou-se as *aulas régias*, o *subsídio literário*, mas o caos continuou até que a Família Real, fugindo de Napoleão na Europa, resolve transferir o Reino para o Novo Mundo.

A educação, no entanto, continuou a ter uma importância secundária. Basta ver que enquanto nas colônias espanholas já existiam muitas universidades, sendo que em 1538 já existia a Universidade de São Domingos e em 1551 a do

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	04
<b>1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL</b> .....	06
1.1. Período Jesuítico: 1549-1759.....	06
1.2. Período Pombalino: 1760-1808.....	08
1.2.1. Marquês de Pombal.....	08
1.3. Período Imperial: 1822-1888 .....	10
1.4. Período da Primeira República: 1889-1929.....	11
1.5. Período da Segunda República: 1930-1936.....	13
1.6. Período do Estado Novo: 1937-1945 .....	15
1.7. Período da Nova República: 1946-1963.....	16
1.8. Período do Regime Militar: 1964-1985.....	18
1.9. Período da Abertura Política: 1986-2003 .....	20
<b>CONCLUSÃO</b> .....	22
<b>BIBLIOGRAFIAS</b> .....	23
<b>ANEXOS</b> .....	25
Cronologia .....	26

*A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.*

**Artigo 1 da Lei e Diretrizes e Bases**

**ELISABETH MARIA DA SILVA ASSIS**

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Monografia defendida e aprovada, no dia \_\_\_\_\_ de dezembro de 2003, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

---

**Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos**  
Orientador

---

**Helena de Fátima Araújo**  
Professora

ELISABETH MARIA DA SILVA ASSIS



## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Trabalho apresentado à FACER, como requisito parcial a disciplina Dissertativa Filosófica II, para Fins avaliativos do Professor: Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos.

30722  
Soci

Tombo nº	8464
Classif.:	
Ex.:	1
Origem:	d
Data:	20.03.04

RUBIATABA/2002

ELISABETH MARIA DA SILVA ASSIS

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

RUBIATABA/2003